

Globalização e facismo*

Manoel Luiz Malaguti**

"[É necessário construir] uma abordagem que se esforce por analisar, metodicamente, as conseqüências devastadoras dessas políticas neoliberais que, agora, estão sendo aplicadas internacionalmente, inclusive nos países sul-americanos." (HABERMAS, 1995).

"As pessoas manipularam a tal ponto o conceito de liberdade, que ele acabou por se reduzir ao direito dos mais fortes e mais ricos de tirarem dos mais fracos e mais pobres o que estes ainda têm. As tentativas de modificar isso são encaradas como intromissões lamentáveis no campo do próprio individualismo, que, pela lógica dessa liberdade, dissolveu-se num vazio administrativo." (ADORNO, 1951).

Globalização, *intelligentzia* e poder

Considerando ultrapassados os projetos de desenvolvimento econômico baseados nas particularidades nacionais, nas especificidades culturais e históricas dos povos, boa parte dos economistas e analistas da economia

* Este artigo é uma versão ampliada e corrigida de **Notas sobre a Globalização da Economia e o Estado**, publicado em **Raízes**, Mestrados em Economia e Sociologia (UFPB), nº 11, junho de 1995.

** Professor do Mestrado em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Economia pela Universidade de Picardie, Amiens, França.

internacional tendem a aceitar acriticamente um conjunto de práticas econômicas cujo caráter pretensamente neutro ou pragmático permitiria sua adoção em qualquer parte do Mundo.

Essa opção pelo pragmatismo é um fenômeno relativamente recente. Ela reflete um dos aspectos fundamentais da crise estrutural por que passa a organização capitalista mundial desde meados dos anos 70. Em função da elevação dos níveis de desemprego, da insegurança ocupacional e da exclusão social que, real ou imaginariamente, tende a se expandir e atingir a *intelligentzia* e diversos países, o pragmatismo passou a representar uma espécie de estratégia de sobrevivência adotada pela maioria dos cientistas sociais. Se, num primeiro momento — finais dos anos 70 até meados dos anos 80 —, apenas os segmentos menos privilegiados da classe trabalhadora foram atingidos pelos efeitos da recessão, já de 1985 a 1995 a crise também atingiu duramente as camadas melhor remuneradas do salariado regular ou estabelecido: empregados de grandes empresas privadas e públicas, assim como o funcionalismo público. Num segundo momento, a *intelligentzia*, as elites intelectuais, vê ruir alguns de seus "privilégios" econômicos e, concomitantemente, verificam a pouca repercussão dos seus discursos numa sociedade assolada por uma "(...) ofensiva conservadora neoliberal [que não estimula] um maior radicalismo nas demandas sociais" (SANTOS, 1994, p.69)¹. Também chamando atenção para a relação entre, por um lado, a extensão aos setores sociais médios dos efeitos da crise estrutural da economia mundial e, por outro, a reação conservadora observada nos meios intelectualizados, James Petras, sociólogo norte-americano da Universidade de Nova York, constata que

"O recuo mundial dos intelectuais das posições marxistas [e progressistas em geral] para outras mais **realistas**, cômodas e úteis para a sua **carreira** profissional, política ou pessoal, está intimamente relacionado com o declínio do poder do movimento da classe operária e com o poder ascendente do capital nas últimas décadas, tanto na esfera cultural quanto na econômica (grifos nossos)." (PETRAS, 1996, p.65).

O pragmatismo parece representar, então, uma postura intelectual "anticíclica", uma estratégia de sobrevivência, cuja generalização se efetiva

¹ Embora o autor tenha se referido especificamente ao caso brasileiro, a "ofensiva conservadora neoliberal" é um fenômeno que, com poucas nuances, pode ser generalizado ao capitalismo ocidental como um todo. Consulte-se, por exemplo, Marques-Pereira (1995).'

ao longo dos anos 80 e 90, embora, como é sabido, a capitulação definitiva dos intelectuais, ou a vitória do pragmatismo, tenha se consolidado apenas em 1989 — quando do desmantelo do socialismo real. Na realidade, porém, este foi apenas o "estopim" da renúncia, o pretexto necessário ao abandono — até aqui velado — das antigas pretensões cognitivas de boa parte da *intelligentzia*. Nas palavras de Habermas (1995) "Desde o fim da União Soviética, parece ter se difundido no mundo inteiro o pressuposto tácito de que, com isso, toda a tradição socialista e os argumentos críticos e cépticos com relação ao capitalismo teriam perdido seu valor". Ou seja, imediatamente após a queda do muro, intelectuais do Mundo inteiro ratificaram sua opção pelo senso comum quotidiano.

Faz-se necessário, no entanto, evitar as generalizações abusivas. Embora a renúncia ao pensamento social crítico seja uma característica atual da *intelligentzia* mundial, suas manifestações diferem segundo a categoria de intelectual considerada. Aceitando-se uma classificação — certamente grosseira — que divide os intelectuais entre "orgânicos"² (Gramsci) e "flutuantes"³ (Mannheim), percebe-se entre os orgânicos **progressistas** uma atitude cínica e céptica frente às possibilidades de implementação de reformas sociais populares. Ainda que suas crenças e seus ideais se mantenham inabalados, eles se distanciam dos grupos de pressão organizados, dos partidos e dos sindicatos, e se encastelam nas universidades e nos institutos de pesquisa. Os intelectuais orgânicos **conservadores**, por sua vez, deixam claras (mais do que nunca) suas preferências e engajamentos políticos: suas idéias sendo largamente dominantes, uma maior aproximação com o poder político e a mídia torna-se inevitável.

Os intelectuais "livremente flutuantes" (em geral antigos simpatizantes de uma esquerda independente, apartidária), por outro lado, deixam o **cinismo** e o **ceticismo** desaguarem numa prática social fundamentada na desilusão, na resignação e no **oportunismo**: o pragmatismo. Em outras palavras: abandonando uma postura social crítica, esses intelectuais "flutuantes" transformam-se em meros técnicos, gestores da coisa privada ou tecnoburocratas

² Visceralmente ligados a uma classe social. Militantes políticos engajados em partidos, sindicatos ou organizações ideologicamente definidos.

³ Livres pensadores. Ideologicamente instáveis e cientificamente indisciplinados.

nos vários escalões governamentais.⁴ Com esse procedimento, recuperam algumas das vantagens econômicas do período pré-crise e, ao mesmo tempo, colocam em prática uma nova ideologia, uma ideologia da moda: o pragmatismo. Em coerência com a renúncia da transformação pelas idéias, perdem a fé na razão e no homem. Mais precisamente: como cínicos e cépticos, eles renunciam à reflexão crítica. Já como oportunistas, eles elegem o mercado — força impessoal, objetiva e aparentemente neutra — como substituto da razão e motor da dinâmica social.⁵

Com o encastelamento dos intelectuais orgânicos progressistas, o que hoje se pode chamar de “esquerda” **ativa** resume-se (ou quase) aos antigos intelectuais “flutuantes”, agora ocupando os primeiros níveis da burocracia estatal e difundindo o pragmatismo mercantil como prática política. Em outras palavras, os que anteriormente compunham uma certa esquerda ideológica e ativa mantêm a atividade, mas ao custo do repúdio (às vezes explícito) de seus antigos ideais de transformação e justiça social.

Por essa razão, as bandeiras conservadoras encontram cada vez menos resistência, posto que as tradicionais reivindicações da social-democracia se renderam às imposições do mercado. *Grosso modo*, direita e esquerda se encontram: o consenso sufoca as discordâncias latentes. O que se presencia é, então, a sentença de morte do confronto de idéias, do político, da discussão e da dialética. Doravante, predomina o que Hayek denominou de “mecanismo anônimo e impessoal do mercado”. Um predomínio que se afirma sempre em detrimento da “condução coletiva e **consciente** (grifo nosso) de todas as forças sociais em direção a objetivos deliberadamente escolhidos” (HAYEK, 1984, p.45). Mas quando os confrontos **conscientes**

⁴ Crítica semelhante aos intelectuais progressistas “engajados”, ou à esquerda orgânica, foi recentemente desferida pelo Economista João Pedro Stédile, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e dirigente do Movimento dos Sem Terra (MST): “A visão que temos da maioria dos militantes, que saíram do PT ou da CUT para ocupar cargos nesses governos, é que estão apenas defendendo seus empregos. E estão gostando disso, o que é pior”. (R. Atenção, 1996 p. 9). Considerações como esta levam a crer que as distinções entre esquerda “flutuante” e “orgânica” — ao menos no que diz respeito às suas estratégias de sobrevivência — tendem a se atenuar com o aprofundamento da crise.

⁵ Theotônio dos Santos detecta lucidamente essa renúncia ao conhecimento quando analisa o pensamento de Fernando H. Cardoso e o da “intelectualidade de esquerda” que preenche os principais cargos de seu governo: “Mas não se pode permitir que um pragmatismo sem propostas, de origem direitista e conservador, se imponha em detrimento da verdade científica” (SANTOS, 1994, p. 72).

desaparecem, ou melhor, são proscritos, é lavrada a sentença de morte da democracia. Nesse sentido, a tecnoburocracia estatal de "ideologia" pragmática torna-se delegada de uma ditadura, da ditadura das forças inconscientes do mercado.

A partir desse momento, as leis objetivas do mercado parecem substituir as idéias e a razão. Além de seu papel econômico, as oscilações da oferta e da procura, assim como os critérios de eficiência, teriam passado a decidir tanto o que é "politicamente correto" quanto científico. Nas palavras de Ludwig von Mises, quando "as leis do mercado forçam os empresários e os proprietários dos meios de produção a se colocar a serviço dos consumidores (...), suas ações econômicas não resultam de arbitrariedades, mas do imprescindível ajuste às condições dadas". E acrescenta: "(...) esses fatos [a submissão às leis de mercado] foram suficientes para gerar uma ciência na economia (...) nas situações em que os primeiros pensadores viam apenas arbitrariedade e coincidência, os economistas clássicos passaram a ver necessidade e regularidade. De fato, eles substituíram os debates sobre normas de controle pela **ciência** (grifo nosso)" (VON MISES, 1977, p.38)]. Nesse sentido, se os interesses de determinados grupos sociais concordam com as tendências do mercado, esses mesmos interesses, além de politicamente corretos, são justificados por evidências científicas; caso contrário, representam apenas interesses atrasados e corporativistas. Dessa forma, opor-se às leis cegas do mercado ou tentar conter a globalização da economia, dizem os novos liberais, é remar, primeiro, contra uma **tendência histórica irreversível** e, segundo, contra a **modernidade**.⁶

Subordinando-se à autoridade do mercado, os globalistas "esquecem" que a história humana não tem destino nem finalidade e que as leis sociais apenas tendem a ser irreversíveis nos períodos ditatoriais. Nas democracias, por outro lado, o que hoje parece irreversível, amanhã pode ser alterado pela vontade grupal ou pela consciência coletiva. No que diz respeito à **modernidade**, não há porque se acreditar que a estrita obediência à lógica do mercado é o caminho mais curto para alcançá-la. Se mais não fosse, porque não existe um consenso mínimo sobre a sua definição. No que

⁶ Marques-Pereira (1995, p.72) ressalta que o início da recessão mundial "(...) inaugurou uma crise do desenvolvimento que geralmente se associa às reestruturações **impostas** pela globalização da economia. Estas são consideradas [pelos globalistas] como uma dinâmica **irreversível** que faria tocar o sino de finados das formas de organização econômica e do papel do Estado (...)".

consiste a modernidade? A ciência social não oferece uma resposta. No máximo, fica-se sabendo que existem várias "modernidades", cada uma localizada num ponto específico da linha do tempo: os descontentes românticos pensam descortiná-la "em algum lugar do passado"; os descontentes pragmáticos, na realidade presente dos países do Primeiro Mundo; os descontentes oprimidos, por sua vez, "em algum lugar do futuro". O fato é que a modernidade, como criação humana, é tão segmentada quanto a sociedade. Logo a modernidade (como contexto social singular) só pode existir numa sociedade artificialmente homogeneizada. Num sistema social pasteurizado por leis que, sem deixarem de ser sociais, como as do mercado, resultam numa dinâmica societária independente das vontades específicas dos distintos segmentos da sociedade. Mas que tipo de sociedade pode estimular a participação inconsciente (como zumbis...) de seus integrantes? Que tipo de sociedade pode aceitar que "(...) os homens se encontrem constantemente frente aos resultados de seus próprios atos como o aprendiz de feiticeiro que após invocar os gênios não sabe como controlá-los?" (ELIAS, 1991, p.107). Que tipo de regime político pode dirigi-la? Não é difícil concluir que a sujeição irrestrita e irrefletida às leis do mercado gera uma sociedade apática, impotente frente aos seus próprios problemas, pois entendidos como designios ou males inevitáveis. Uma sociedade que, se injusta, tende a conservar-se como tal; se composta por pobres e ricos, tende a perpetuar a pobreza de uns e a riqueza de outros; se composta por fortes e fracos, tende a fundamentar-se no poder do medo e da força (Hobbes).

Fica claro, pois, que, na medida em que aceitamos como inevitáveis as orientações sociais do mercado, nos afastamos dos fundamentos iluministas da democracia moderna. Devemos aceitar, então, que a força institui o direito, a obediência transforma-se em dever, e o Estado democrático reflete o direito dos mais fortes.

Por outro lado, a recusa ao neoliberalismo fortalece o tecido social. Na medida em que rejeitamos a força e todos os despotismos (o religioso ou o do mercado, por exemplo) como fundamentos do Estado de direito, elegemos em seu lugar a razão e a convicção. Segundo um dos mais ilustres iluministas, todo direito fundamentado na força não passa de um contra-senso, pois

"(...) desde que a força faz o direito, o efeito toma o lugar da causa, pois toda força que sobrepujar a primeira sucedê-la-á nesse direito. Desde que se pode desobedecer impunemente, torna-se legítimo

fazê-lo e, visto que o mais forte tem sempre razão, basta somente agir de modo a ser o mais forte. Ora, que direito será esse que parece quando cessa a força? Caso se imponha obedecer pela força, não se tem necessidade de obedecer por dever, e, se não se for mais forçado a obedecer, já não se estará mais forçado a fazê-lo. Vê-se, pois, que a palavra **direito** nada acrescenta à força — nesse passo, não significa absolutamente nada" (ROUSSEAU, 1978, p.25-26).

Mas que o leitor entenda bem. Não se está aqui fazendo a apologia do Estado de direito. Se, no século XVIII, a "ingenuidade" de Rousseau era legítima, hoje ela é inaceitável. O pensamento de Hobbes (direito derivado da força) é, inegavelmente, muito mais realista. Mas não é por isso que se deve aceitá-lo. Ao contrário! Render-se ao estabelecido é exatamente o que fazem os pragmáticos. Assim, se a globalização e as práticas neoliberais são dominantes, deve-se questioná-las, influenciá-las nos seus contornos e, se possível, adaptá-las à modernidade aspirada pela maioria, pelos oprimidos.

Na **modernidade dos oprimidos**, o Estado de direito deve ter instituições fortes, responsabilidades sociais e culturais bem definidas, deve permitir a expressão dos anseios populares e, principalmente, manter um diálogo constante com a sociedade organizada e consciente. Caso contrário, isso seria abrir o caminho para um questionamento do sufrágio universal (expressão subjetiva da vontade popular), para a transformação de legítimos interesses eleitorais em meros pleitos eleitoreiros e, enfim, para a radical desmobilização da sociedade civil.⁷

Já em 1944, criticando os opositores do Welfare State (Estado de Bem-Estar), Polanyi percebia uma ligação íntima entre a ideologia do mercado livre e a negação da humanidade. Esse mestre da antropologia econômica afirmava que o importante é acabar, de uma vez por todas, com essa aberração que é a utopia do mercado livre, para isso restaurando as salvaguardas necessárias para que as forças do mercado não continuem a destruir a natureza e a própria humanidade.⁸

⁷ Isso é o que se tem presenciado nos EUA, na França ou no Brasil. Nesses países, as políticas neoliberais têm subordinado a sociedade política e a civil a uma vontade impessoal única, ditada pelo mercado e acomodada socialmente pela tecnoburocracia composta de intelectuais "flutuantes" (o neoliberalismo de Reagan e Balladur, os planos Cruzado, Collor e Real da FGV/PUC, etc.).

⁸ Citado por Christian Topalov (1995, p.26-27).

Durante três décadas, a reivindicação de Polanyi (e de diversos intelectuais progressistas) pareceu ter se consolidado. Os governantes e as elites pareciam ter entendido que a própria estabilidade da organização capitalista dependia de uma série de freios às leis cegas do mercado. Nesse sentido, a miséria, as condições de trabalho e o desemprego passaram a ser concebidos como inerentes ao funcionamento da sociedade e, portanto, de responsabilidade do Estado. Hoje, no entanto, as conquistas sociais dessas três décadas estão ameaçadas: governantes e intelectuais governistas renegam a responsabilidade pública sobre os problemas sociais.

Um dos principais inspiradores dessa prática a-social e anti-humanista é o citado Ludwig von Mises. Já em 1929, ele resumia, assim, o raciocínio que hoje fundamenta as principais políticas neoliberais: a culpa pelo desemprego, dizia ele, deve-se à substituição das “determinações do mercado” por “políticas econômicas destruidoras”. E isto quando se sabe que essas “políticas econômicas destruidoras” foram adotadas exatamente para amenizar as tensões políticas e os conflitos sociais **provocados pela livre expressão daquelas mesmas “determinações do mercado”**.⁹

Ainda segundo von Mises, o alcance e a duração do desemprego devem-se à atuação dos sindicatos e à implantação de um seguro-desemprego, que mantém “(...) os níveis salariais mais altos do que os que seriam determinados pela ação do mercado”. Conseqüentemente, continua, “Sem o seguro-desemprego e sem a força dos sindicatos, impedindo a competição dos não sindicalizados que queiram trabalhar, a pressão da oferta logo provocaria um ajuste de salário que asseguraria emprego para todos”. Enfim, conclui: os “Trabalhadores à procura de emprego sempre encontram trabalho quando acomodam suas exigências salariais às condições do mercado” (VON MISES,

⁹ Daí todo o espanto de Hobsbawn frente à larga aceitação atual de propostas de política econômica que já se mostraram incapazes de garantir um mínimo de estabilidade social ao capitalismo: “O que faz tão incompreensível as políticas do neoliberalismo econômico, pelo menos para as pessoas da minha geração, é que nos anos 30 elas demonstraram sua incapacidade de lidar com a Depressão mundial que, na opinião da maioria das pessoas, elas próprias tinham provocado. Depois da Segunda Guerra Mundial, a reforma do mundo capitalista sob os auspícios dos EUA foi baseada especificamente na rejeição dessa teologia do livre mercado”. E o renomado historiador inglês acrescenta: “O alvo dos ideólogos do reaganismo e do thatcherismo não é apenas Marx, mas Keynes e F. D. Roosevelt, quer dizer, os homens cujas políticas inauguraram a única verdadeira era dourada do capitalismo ocidental” (HOBSBAWN, 1995, p.222).

1977, p.35). Na realidade, o que von Mises procura apresentar como uma interpretação econômica e científica das causas do desemprego e dos níveis salariais nada mais é do que uma banal constatação sobre a existência de um **instinto biológico de sobrevivência** entre os trabalhadores — como se pode observar em qualquer espécie animal: sem nenhuma fonte de rendimento monetário e sem o apoio cooperativo dos sindicatos, a aceitação de salários aviltados transforma-se na única forma possível de **sobrevivência biológica** dos trabalhadores numa sociedade mercantil desenvolvida e formalizada! Não é de se estranhar, pois, que os neoliberais — inspirados por von Mises — não propugnem apenas um Estado mínimo, mas também o próprio deslocamento da sociabilidade dos espaços públicos (sindicatos, associações e corporações) para os espaços privados (família nuclear, parentes, vizinhos, etc.). No entanto, como o verdadeiro liberal deve pautar sua conduta pela exclusiva procura de sua felicidade pessoal, o bem-estar da família e dos amigos não pode ser de sua alçada, embora deva ser uma consequência necessária de seu egoísmo. Logo, nada nem ninguém pode interpor-se entre o verdadeiro liberal e sua busca incessante de felicidade. Nosso liberal, diria von Mises, deve espelhar-se apenas em si mesmo, exercitando, assim, o que poderíamos chamar de auto-socialização ou **sociabilização biológica**. Dada, porém, a impossibilidade de uma “sociabilização reflexiva” (contradição em termos), um mundo neoliberal coerente deve prescindir da sociedade e, conseqüentemente, da humanidade.

Em resumo. Nas propostas de crescente subordinação do Estado (e das “sociabilidades”) ao mercado, de restrições ao exercício da cidadania em favor da aplicação da lei do mais forte, de sujeição da democracia burguesa ao darwinismo social, é a própria humanidade — como diz Polanyi — que está sendo questionada. No que diz respeito ao desemprego, como se viu, é a sociedade-economia perversa de von Mises e Alfred Marshall que aqui recupera o espaço ideológico deixado por Keynes. Segundo Marshall, por exemplo, no espaço liberal o indivíduo sem emprego não deve merecer nenhuma atenção especial das instituições públicas, embora deva ser alvo de uma “observação bem intencionada, mas severa”.¹⁰ Além de recusar

¹⁰ Carta de Alfred Marshall à Percy Alden; 28 de janeiro de 1903 (MARSHALL, 1925, p.446-447).

toda responsabilidade pública sobre o desemprego, o Estado marshaliano o atribui a uma deficiência individual e a-social, que deve ser punida com severidade e vigilância.¹¹

Globalização e determinismo econômico

Segundo os globalistas, o processo de globalização implica tanto uma autonomização do mercado em relação ao Estado quanto um enfraquecimento das especificidades/identidades nacionais: no mundo global, a economia ditaria as políticas públicas, que, por sua vez, moldariam as culturas e as identidades regionais. Nesse sentido, o econômico conteria em si mesmo todas as determinações do social.

Não é difícil perceber de onde veio a inspiração teórica dessas idéias. Na sua famosa polêmica de 1944 (já citada) contra o planejamento econômico, Hayek justifica esse “totalitarismo do econômico” — tão ao gosto da ideologia neoliberal — ao tentar mostrar por que o mercado, e não um grupo de tecnocratas-planejadores, deve controlar o funcionamento da economia: “Quem controla toda a atividade econômica também controla os meios que deverão servir a **todos** os nossos fins; decide, assim, quais deles serão satisfeitos e quais não o serão”. E o autor continua: “É este o ponto crucial da questão. O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais. É o controle dos meios que contribuirão para a realização de **todos** os nossos fins”. E para que não parem dúvidas sobre os “fins” aos quais se reporta, Hayer (1984, p.101) diz: “Não existiria

¹¹ Num belo escrito de 1926, Keynes caracteriza o funcionamento da sociedade marshalliana como “(...) um estado de coisas no qual a distribuição ideal dos recursos produtivos pode ser conseguida através de indivíduos que agem de maneira independente, pelo método de ensaio e erro, de tal maneira que os indivíduos que se movimentam na direção correta destruirão, pela competição, aqueles que se movimentam na direção errada. Isto implica que não deve haver perdão ou proteção para os que empatam seu capital ou seu trabalho na direção errada. Este é um método para levar ao topo os negociantes melhor sucedidos, mediante uma luta cruel pela sobrevivência, que seleciona os mais eficientes através da falência dos menos eficientes. Não se leva em conta o custo da luta, mas apenas os lucros do resultado final, que se supõe sejam permanentes. Como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais provável de alcançá-lo é deixar que as girafas com pescoços mais longos façam morrer à mingua as de pescoços mais curtos” (KEYNES, 1978, p. 106). A equivalência entre *laissez-faire* e darwinismo social é aqui transparente.

praticamente **nenhum** aspecto de nossas vidas — desde as necessidades primárias até as relações de família e de amizade, da natureza do nosso trabalho até o uso que fazemos do lazer — sobre o qual o planejador não exercesse seu **controle consciente**" (grifos nossos). Em resumo, para Hayek são as forças inconscientes do mercado, e não as vontades conscientes de planejadores (mesmo que democraticamente eleitos),¹² que devem dirigir todos os nossos passos, conduzir e orientar nossas vidas, "em todos os nossos fins" (HAYEK, 1984, p.101).

Logo, a transformação das formas de produção e de troca (a dimensão econômica da sociedade) provocaria — segundo os fundamentos neoliberais — um movimento indomável e irresistível de adaptação do tecido social às novas necessidades do mercado capitalista. Não se estaria longe, então, da consagração do que Palloix chamou de "pretensão totalitária do econômico" (PALLOIX, 1988).

Veja-se mais de perto essa questão.

A perspectiva neoliberal afirma que a eliminação de todos os entraves à livre circulação do capital provocaria: (a) uma livre circulação do capital e da mão-de-obra, (b) uma distribuição espacialmente homogênea dos bens e serviços ofertados e, enfim, (c) uma dissolução das formas particulares/tradicionais de produção e distribuição. E, com essa mobilidade do capital e do trabalho, verificar-se-ia uma equalização das taxas de lucro e das remunerações do trabalho a nível mundial. Ou, como disse o embaixador Sérgio Amaral, Porta-voz do Presidente Fernando Henrique Cardoso: "(...) com a concorrência internacional haverá uma tendência à homogeneização mundial dos salários".¹³

Essa indiferenciação econômica, no entanto, necessitaria de um certo espaço de tempo para se impor. Num primeiro momento, os capitais dirigir-se-iam para os Estados onde os salários (diretos mais indiretos) e a tributação dos lucros fossem inferiores à média internacional e, no campo

¹² De acordo com Bobbio, no pensamento do inspirador maior da doutrina liberal contemporânea "Todos os limites valem para quem quer que detenha o poder político, inclusive para governo popular, isto é, inclusive para um **regime democrático em que os cidadãos têm o direito de participar**, mesmo que indiretamente, da tomada das grandes decisões, e cuja regra é a regra da maioria (grifos nossos)." (BOBBIO, 1995, p.88-89).

¹³ Entrevista concedida ao Jornalista Carlos Chagas, no programa Jogo do Poder, na Rede Manchete de televisão, em 02 de junho de 1996.

político, onde uma relativa estabilidade institucional estivesse assegurada. A mão-de-obra, por sua vez, procuraria deslocar-se para os países desenvolvidos, onde o movimento dos trabalhadores é organizado, os salários relativamente elevados e vigora um sistema de seguridade social eficiente.

Seguindo essa lógica de maximização das remunerações, poder-se-ia observar, no médio e no longo prazo, a construção de um processo de homogeneização das características econômicas dos Estados-nação. Em outras palavras, como resultado da livre circulação do trabalho e do capital, presenciar-se-ia um nivelamento mundial das condições de produção e de distribuição das riquezas. Nesse sentido, a tradicional dicotomia entre o Primeiro e o Terceiro Mundo tenderia a desaparecer. Ou seja, a própria idéia de um mundo dividido entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos perderia sua razão de ser.

No que diz respeito à gestão política desse processo, a instauração de parlamentos internacionais (parlamento europeu, por exemplo) aparece, segundo as teses globalistas, como um momento essencial. Esses legislativos supra-estatais teriam como função precípua a resolução de disputas ou de distorções observadas no exercício das liberdades de deslocamento e de instalação, tanto da mão-de-obra quanto do capital: combate ao terrorismo (agora internacional), preservação do equilíbrio ecológico (evitar uma concentração excessiva de atividades produtivas poluentes, alocação geograficamente equitativa do lixo atômico, etc.), estabelecimento de uma legislação tributária e fiscal de transição, equiparação progressiva dos direitos sociais (aposentadorias, seguro-doença, seguro-desemprego, auxílio-maternidade, sistema de saúde), etc.

No entanto toda essa atividade política de preparação, de acomodação das divergências, seria um desperdício de tempo e trabalho, caso não resultasse no estabelecimento da verdadeira âncora da globalização da economia: a criação de uma moeda única.

Sem a instituição de uma moeda única, o processo de globalização não pode completar-se. A diversidade dos pólos de controle econômico ou a existência de múltiplas autoridades monetárias implicaria, sempre, políticas econômicas contraditórias ou projetos de desenvolvimento divergentes. O aprofundamento do processo de globalização deve passar, pois, pela criação jurídico-política de um representante único da riqueza mundial, pela instituição da moeda universal. Os parlamentos internacionais teriam, então, como tarefas primordiais a criação e a legitimação de uma moeda supra-

estatal. Sob outro prisma, a legitimação de uma moeda única representaria o alicerce fundador de uma cidadania sócio-econômica também única, universal, preludiando, assim, a dissolução dos próprios parlamentos (no plural) que lhe deram vida e, ao mesmo tempo, criando uma única autoridade econômica mundial: concebidos como instituições preparatórias da unificação da economia mundial, os parlamentos internacionais decretariam sua própria dissolução ao instituírem a moeda sem fronteiras.¹⁴

Superada, assim, a etapa da diversidade de poderes e de moedas, uma nova ordem político-econômica mundial deveria assumir o lugar até hoje reservado às instituições do clássico Estado-nação. Essa conclusão é encontrada, mais ou menos explicitamente, em todas as análises sobre a globalização da economia. Nestas, percebe-se, claramente, a determinação do econômico sobre os restantes fenômenos sociais. A difusão internacional das condições de produção e de troca vigentes nos países desenvolvidos criaria não apenas as formas sociais necessárias à sua expansão e equalização, mas também substituiria as instituições políticas baseadas na nacionalidade por uma ordenação política original, embora de contornos ainda indefinidos.

Enquanto o poder dos Estados-nação subsistir na figura de suas moedas, na independência de suas ações monetárias e na utilização de seus recursos econômicos particulares, a estabilidade sistêmica do processo de globalização, insistem os globalistas, não estará assegurada. Jaques Delors, por exemplo, Deputado do Parlamento Europeu, elogia o sucesso do Chanceler alemão H. Kohl — Presidente do Conselho Europeu — em convencer seus parceiros europeus sobre a existência de laços íntimos entre uma "moeda única e a união política". Laços que foram reconhecidos e concretizados no Tratado de Maastricht, conclui Delors (1995, p.17). Enquanto uma moeda única não estiver estabelecida, a unidade da economia mundial estará em conflito com a diversidade dos interesses regionais. E sem essa superação dos poderes dos Estados nacionais, dizem, a livre circulação de mercadorias será sempre uma utopia, a modernização das economias atrasadas, uma quimera, e a eliminação do subdesenvolvimento, mais uma vez postergada.

¹⁴ Numa inesperada justificação das virtudes do processo de globalização, o Economista keynesiano John Kenneth Galbraith afirma que "(...) as responsabilidades econômicas e sociais do Estado-nação representam uma fase transitória. O objetivo central é uma autoridade transnacional com os poderes subsidiários que a acompanham, inclusive a arrecadação e o dispêndio de receitas". Ou seja, o "objetivo central" de uma economia globalizada é a criação de uma "autoridade central" que controle os fluxos monetários (GALBRAITH, 1996).

Mais concretamente, a existência de moedas nacionais é identificada — corretamente — pelo grupo globalista como instrumento de afirmação de identidade e soberania nacionais. Da mesma forma que, ao contrário, uma moeda verdadeiramente universal aparece como um pressuposto fundamental — e também correto — da diluição das diferenças e da construção do cidadão do Mundo. Caso esse pressuposto não esteja presente, os globalistas alegam que alguns grupos tenderiam a fazer prevalecer seus interesses particulares sobre os da futura comunidade internacional: poderiam conseguir taxas de juros subsidiadas para a implantação de projetos de interesse não geral, obter facilidades de crédito para o escoamento de suas mercadorias individuais, proporcionar ganhos salariais reais para determinadas categorias de assalariados (nacionais ou regionais), estimular a passividade — ou a agressividade — de certas organizações dos trabalhadores, etc. Enfim, esses grupos poderiam perpetuar a diferença em detrimento da uniformização, impedindo o movimento centrípeto intrínseco à globalização.

Desse modo, a globalização implicaria uma unidade de propósitos e de orientação econômicas que apenas a criação de uma autoridade econômica supranacional e forte poderia legitimar. A superação dos interesses "egoístas" dos capitalismos nacionais precisaria — sempre segundo essa interpretação — de uma autoridade econômica com poder decisório e instrumentos que assegurassem o firme cumprimento de suas decisões. Em resumo, a eliminação das rivalidades mesquinhas, que impedem o acesso de todas as economias à modernidade e ao desenvolvimento, precisaria de um poder moderador, um poder que tivesse como propósito transformar a concorrência capitalista selvagem numa parceria estimulante, distribuindo equitativamente seus resultados pelas várias regiões do capitalismo mundial.

"A integração competitiva dos países em desenvolvimento na economia internacional há de basear-se em vantagens comparativas dinâmicas, com crescente incorporação do conhecimento ao processo produtivo. A par do indispensável esforço interno de cada país, este salto qualitativo pressupõe um ambiente internacional fundado na **cooperação**. (grifo nosso)" (FSP, 27.9.94, p.114).¹⁵

¹⁵ Discurso pronunciado na ONU por Celso Amorim, Chanceler brasileiro do Governo Itamar Franco.

Mas mesmo os globalistas não conseguem prever a complexa gama de funções que deverá exercer esse poder supranacional quando de uma eventual globalização plena. Afirmam, no entanto, que ele deverá ter suas funções ampliadas na medida e na proporção em que avançar a integração mundial. Afirmam, ainda, que essa autoridade deverá tomar decisões — e fazê-las cumprir — sobre assuntos cuja relação com o processo produtivo é relativamente tênue. Por exemplo, para que os trabalhadores possam deslocar-se livremente, não é necessário apenas abolir o uso de passaportes, vistos ou exigências financeiras, é preciso assegurar-lhes condições de trabalho homogêneas em todas as partes do Mundo, condições de exercício profissional reconhecíveis e aceitáveis, sejam eles trabalhadores ocidentais ou orientais.

Ao que os globalistas parecem não dar importância é que, ao adentrar no terreno do "reconhecível" e do "aceitável", o poder internacional em construção se distancia consideravelmente do que tradicionalmente se considera a "circunvizinhança" dos problemas econômicos. Há uma clara invasão dos domínios — também tradicionais — da filosofia, da ética, da moral e da religião. Na realidade, a homogeneização das condições de trabalho não pode ser uma tarefa meramente econômica (mesmo que o meramente econômico existisse): ela implica o nivelamento de raízes culturais que, submersas no inconsciente, impedem que os trabalhadores percebam uma mesma realidade de forma semelhante.

Mas como, então, levar a bom termo essa tarefa de conformação da memória dos povos? Por quais meios a neoliberalização da economia poderá produzir uma cultura universal? Não estaria subentendida nessa despreocupação neoliberal com as diferenças civilizatórias uma crença na onipotência (determinação) da economia? Como é possível que países como a China e o Brasil, por exemplo, com trajetórias históricas — e especificidades culturais — tão distintas possam chegar a possuir necessidades econômicas similares? Como é possível submeter um bilhão de muçulmanos (20% da humanidade) determinados a construir um Estado religioso, baseado na submissão feminina e nos preceitos do Alcorão, às tradições e aos costumes ocidentais? Como, pergunta-se, milhões de africanos serão convencidos a separar-se de suas culturas de subsistência e dos seus sistemas produtivos de hierarquia familiar, aceitando, então, as normas de "qualidade e produtividade" da indústria ocidental do Primeiro

Mundo?¹⁶ A construção dessa identidade universal não implicaria uma uniformização dos anseios e dos desejos dos povos, ou seja, as negações das especificidades nacionais forjadas pelas histórias passadas, das individualidades presentes e das personalidades futuras? Muito provavelmente, sim! Aliás, essa pasteurização da humanidade é, nada mais nada menos, uma das principais recomendações da Comissão sobre Governança Global. Na própria apresentação de seu relatório, recentemente divulgado, pode-se perceber como a homogeneização de homens e de culturas aparece como o caminho a ser seguido pelas sociedades do século XXI. “**Nossa comunidade global** indica o caminho para o século XXI: projeta uma visão do mundo centrada nas pessoas. Ressalta a necessidade de **valores comuns**, de uma **ética cívica global** e de uma liderança esclarecida que oriente os povos e as nações na comunidade global (grifos nossos).”¹⁷

Aqui falta, porém, uma precisão. É bom lembrar que a tentativa de modernização/uniformização das formas produtivas e culturais localizadas não é uma tarefa propriamente estranha ao capital. Durante séculos, o capital europeu — com relativo sucesso — tentou substituir o artesanato pelo trabalho a domicílio, pela manufatura e pela indústria. Da mesma forma, a expulsão dos camponeses de seu *habitat* natural e a eliminação das culturas agrícolas de subsistência conseguiram, com relativa facilidade, criar uma força de trabalho adaptada às necessidades do capital.

¹⁶ Num excelente estudo sobre as formas de produção na África, Morice relata a sua realidade econômica mais “moderna”, urbana: “Mesmo se nos detivermos ao meio urbano, sua extensão é tal que um observador inclinado aos raciocínios maniqueístas ali veria um modo mais apropriado de valorização para os capitalistas do que oariado” (AGIER, COPANS, MORICE, 1987).

¹⁷ Comissão para a Governança Global. Nossa Comunidade Global (1996). “As contradições são aqui a regra: como é possível centrar um projeto nas ‘pessoas’ e, ao mesmo tempo, pretender subjugar o que elas têm de único e particular à idéia de ‘valores comuns’ e universalmente aceitos? Como é possível falar de povos e nações, no plural, quando em todos os espaços sociais as ‘pessoas’ pautariam seus comportamentos por regras valorativas (normas) únicas? Será que esses povos e essas nações seriam considerados como tais (e assim delimitados) apenas por especificidades grupais origem genético-raciais? Sob outro ângulo: colocar-se como objetivo a criação de uma ‘ética cívica global’ inspirada em ‘valores comuns’ não implica o pressuposto de um também único ‘cível’, de uma — e apenas uma — organização ‘cívica’, enfim, na existência de um Estado planetário? Tudo indica que sim. Ainda mais porque se destaca a necessidade de “uma liderança esclarecida [?] que oriente os povos [?] e as nações [?] (...)”.

"Que ninguém se engane: o capitalismo não fica passivo em relação àquilo que lhe escapa. Trata-se de uma relação de força. F. Cooper mostra como o colonizador inglês perdia sua imaginação quando queria 'manter' inteiramente a força de trabalho indígena: ele se utilizava do *compound*, um lugar de aprisionamento e de controle que consagrava a separação do trabalhador e de sua família. Os *hostel* descritos por E. Webster, estes lares com seus porões de forçados, configuram ainda hoje, na África do Sul, esta tentação da classe capitalista a se apropriar do trabalhador, e não apenas do seu trabalho." (COMISSÃO GOVERNANÇA GLOBAL, 1996).

No entanto foi também esse expansionismo do capital que criou os Estados-nação e consolidou valores como "pátria", "raça", "religião", "classe", etc.; identidades e diferenças que têm servido de fator de união, e mesmo de legitimação das desigualdades, nos casos extremos de fratura social. Apenas como exemplo, vale lembrar o caso da Guerra das Malvinas, que, unindo o povo em defesa da **pátria**, deu novo alento à ditadura argentina, ou, também, a legitimação dos antigos governos "brancos" da África do Sul via ideologia da superioridade da **raça** branca.

De uma certa forma, pode-se dizer que foi o próprio capital que criou — quando lhe foi conveniente — as identidades e as diferenças que hoje pretende suprimir. A questão que ora se apresenta é se as políticas neoliberais terão forças para dissolver — agora que não lhes convém — o que o próprio capital cultivou com carinho durante séculos. Um "carinho" tão grande que chegou a criar Estados artificiais (partilhas dos períodos pós-guerras mundiais) e territórios sem nenhuma identidade, mas que agora se rebelam, se dissolvem e guerreiam em nome de nacionalidades sufocadas, de religiões perseguidas ou de raças discriminadas.

Seria possível, hoje, após estabelecidas essas identidades e diferenças, articular-se um programa de homogeneização de práticas produtivas, de concepções de autoridade e hierarquia, de particularidades estéticas e artísticas, anseios, angústias, desejos, etc.? A resposta é: provavelmente, não. A instituição do Estado-nação e a regulamentação política da economia não são processos exteriores ao funcionamento da economia. Após duas guerras mundiais, as políticas econômicas e as leis de mercado tornaram-se indissociáveis. Não é mais possível pensar as políticas de Estado como um conjunto de intervenções em algo que lhes é estranho, extrínseco. Não é

mais possível pensar num Estado não intervencionista, que, diga-se de passagem, nunca existiu. Chega mesmo a ser inconcebível, por exemplo, que um Estado como o brasileiro, mais "enxuto" que o Estado símbolo dos neoliberais, o Estado norte-americano, possa ser considerado como um dinossauro!¹⁸

"Foi assim que o Estado brasileiro veio dar no estado a que chegamos, para dizer como o velho Aporelly. O equilíbrio monetário, a liberdade de iniciativa e a integração competitiva no mercado internacional são o único caminho para um país como o Brasil, que conta com enormes recursos, inclusive o mais escasso de todos – capacidade empresarial [sic]. Sendo a décima economia industrial do mundo e, já 76% urbana, não se pode permitir luxos de Albânia estalinista. Nosso país não pode ficar como **o último reduto dos dinossauros estatais (...)** (grifo nosso)" (CAMPOS, 1994, p.2-2).

O Estado de Bem-Estar Social, como diz Galbraith, "veio para ficar".¹⁹ Mas ele veio para ficar não só porque estabelece um sistema de seguridade

18

Participação de alguns países na economia

PAÍSES DESENVOLVIDOS	% DO ESTADO NO PIB	PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS	% DO ESTADO NO PIB
Dinamarca	51,96	Brasil	21,44
Suécia	49,78	Costa Rica	19,18
França	42,10	Índia	16,76
EUA	28,14	Etiópia	16,21

FONTE: Anuário da ONU, 1991.

Além de o Estado brasileiro se caracterizar como um dos mais "ausentes" do Mundo, possui um quadro de pessoal dos mais "enxutos". Ao contrário do que se veicula quotidianamente nos meios de comunicação, já em 1994 o número de funcionários públicos no Brasil estava muito aquém daquele que as economias desenvolvidas consideram como adequado: Brasil, oito funcionários para cada 1.000 habitantes; Estados Unidos, 26,1; França, 46,4; Espanha, 53,4; Itália, 65; Inglaterra, 91,4 (GENRO, 1994, p.71).

¹⁹ Entrevista concedida à **Folha de São Paulo** (9 10 94, p.6-4).

social para os trabalhadores, mas principalmente porque regula a concorrência intercapitalistas (Banco Central, bancos estatais e nacionais de desenvolvimento, Tesouro Nacional, Superintendências de Desenvolvimento, etc.), cria demandas (obras públicas, forças armadas, funcionalismo público), especializa a força de trabalho (escolas e universidades públicas), transmite os valores empresariais (concessões de rádio, televisão, etc.), controla a oferta de trabalhadores (legislação trabalhista, hospitais públicos, políticas demográficas, etc.), defende a propriedade privada e faz valer os contratos (polícia, Justiça, tribunais, presídios, manicômios públicos, etc.), etc., **perenizando, assim, o sistema salarial**. É por isso que ele veio para ficar: uma ruptura **artificial** entre funções sociais (econômicas *versus* políticas), cuja comunhão viabiliza a sociedade do capital, não interessaria, no momento, a ninguém. Concordando com Bobbio, poder-se-ia dizer que a interferência do político nos assuntos econômicos (políticas keynesianas) impôs-se não apenas pela "(...) força da arrasadora corrente da participação popular impulsionada pelo sufrágio universal", mas também como "(...) uma tentativa de salvar o capitalismo sem sair da democracia". Ao contrário da prática leninista, que pretendia "(...) abater o capitalismo sacrificando a democracia", e das pregações fascistas que pretendiam "(...) abater a democracia para salvar o capitalismo", agora, continua, "(...) para aqueles novos liberais, parece ser a democracia que põe em crise o capitalismo [novamente? À semelhança das concepções fascistas?]" (BOBBIO, 1986, p.124-125). Portanto, a questão que se coloca é: estariam os novos liberais dispostos a levar até o fim, até às últimas consequências, um projeto que, eliminando a democracia, colocaria em risco a própria existência do capitalismo contemporâneo, que se viabiliza pela estreita comunhão entre determinações de mercado (relativamente livres) e uma democracia política (fragilmente exercitada)?

Como colocou o Sociólogo Carlos Alberto Dória (1994, p.6-9), "(...) deixada por si só, a sociedade regida pelo mercado pode degenerar em formas conhecidas [ou desconhecidas], como o fascismo". Nesse contexto, pergunta-se: a globalização plena não corresponderia à decretação do fim da história da humanidade, no sentido atribuído por Polanyi? A resposta é: muito provavelmente, sim.

A tese é a seguinte: o gênero de violência observado na "acumulação primitiva" não será mais suficiente para impor as leis do capital, as leis do mercado capitalista. E isto porque, hoje, as leis do capital e o funcionamento

dos Estados nacionais são indissociáveis. Após consolidados e resguardados os direitos à diferença, expressos nas Constituições de todos os Estados democráticos, a homogeneização da humanidade só poderá ocorrer pelo aniquilamento sumário dos movimentos sociais, o que, na interpretação de Chesnais, em parte já estaria ocorrendo. Segundo esse autor, "As legislações que as grandes lutas e as ameaças de revolução permitiram estabelecer ao redor do emprego assalariado explodiram em pedaços, e os ideólogos neoliberais ainda se impacientam com a possibilidade de que delas restem alguns destroços" (CHESNAIS, 1994, p.30).

Enfim, a consolidação do processo de globalização pressupõe — muito mais do que uma "acumulação primitiva" — a instituição de um poder político com as prerrogativas que se imagina possuir uma ditadura mundial.

A ditadura mundial

Os globalistas argumentam que a equalização mundial das estruturas econômicas conduz ao estabelecimento de um novo espaço cultural — jurídico e político —, no qual formas alternativas de controle, regras de conduta e penalização dos atores econômicos deverão ser criadas e sustentadas. Dada a universalidade civilizatória criada pela globalização, a nova configuração do poder político deverá afirmar o seu distanciamento das nacionalidades e dos interesses "egoístas" de grupos específicos. Enfim, de uma maneira ou de outra, as formas culturais e os poderes políticos nacionais deverão ser, primeiro, enfraquecidos e, depois, abolidos. Parece ser imprescindível, então, a construção de uma configuração política (e sócio-cultural supranacional), que possa normatizar e legitimar as formas alternativas de convivência entre os atores sociais da futura economia globalizada.

No entanto o mercado tem se expandido até hoje sem uma efetiva interferência de instâncias decisórias internacionais. Desde o início do século XX, vem se estabelecendo uma crescente interconexão entre as diversas economias nacionais. Hoje, mais do que nunca, são crescentes as possibilidades (potenciais) de investimentos nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, nas novas nações industrializadas da América Latina ou do Oriente, nos antigos territórios soviéticos, nas comunidades primitivas da África ou nas regiões desérticas do globo, no Pólo Sul ou no Pólo Norte:

"(...) assim o europeu acorda cada manhã ligando seu rádio japonês e escutando os acontecimentos do mundo: erupções vulcânicas, terremotos, golpes de Estado, conferências internacionais, enquanto ele toma seu chá do Ceilão, Índia ou China; ele mergulha numa banheira espumante de óleos do Taiti e utiliza uma loção após barba de fragrância exótica; ele coloca sua camisa feita com algodão do Egito ou da Índia (...) Seu relógio é suíço (...) A armadura de seu óculos é de tartaruga de Galápagos (...) etc." (MORIN, 1993, p.32).

E não é apenas o cidadão do velho mundo desenvolvido que se encontra envolvido nessa teia de informações e de mercadorias: "O africano na sua favela (...) está igualmente no circuito planetário. No seu cotidiano ele sofre os contragolpes do mercado mundial que afetam os cursos do cacau, do açúcar, das matérias-primas que produz o seu país" (Ibid., p.32).

Além disso, os europeus votam pela unificação da Europa, Clinton funda o NAFTA, o Cone Sul aplaude o Mercosul, os argentinos reelegem Menem, e os brasileiros consagram Fernando Henrique Cardoso: a mundialização e a política neoliberal parecem merecer o consenso da opinião pública mundial.²⁰ Por que, então, se faz premente a criação de um poder à escala planetária? Por que a continuidade do processo de globalização precisa de um poder político alternativo?

A resposta parece estar no caráter agudo e duradouro da atual crise estrutural do capitalismo. Após 20 ou 25 anos de crise, as sociedades capitalistas — desenvolvidas e subdesenvolvidas — estão mais do que nunca fragmentadas: a marginalidade social, a pobreza, a miséria absoluta, a concentração de rendas, a desilusão e a falta de perspectivas estão mais ou menos presentes em todas as economias. Ou, nas palavras de Tavares: "A crítica à 'globalização' não está ainda suficientemente avançada, embora seus efeitos perversos, sobre o desemprego, concentração da renda, da riqueza e do saber, já comecem a manifestar-se com mais nitidez mesmo nos países desenvolvidos" (TAVARES, 1993, p.15). Ao lado desses "efeitos perversos", percebe-se, ainda, uma nítida queda dos níveis de sindicaliza-

²⁰ Mesmo que "a mundialização da economia (...) tenha acrescido a desigualdade à escala do globo entre países 'desenvolvidos' (onde 20% da população consomem 80% dos produtos) e subdesenvolvidos" (MORIN, 1993, p.32).

ção, de filiação partidária, de participação eleitoral ou, de forma geral, de participação da população trabalhadora nos movimentos sociais críticos e reivindicativos.

Não seria este, então, o momento ideal para se aprovar um conjunto de medidas de política econômica (privatizações, "enxugamento" do Estado, terceirização dos processos produtivos, etc.) que permitiriam a continuidade desse processo? Não seria este, então, o momento ideal para a construção de um poder suficientemente forte para enfrentar um descontentamento social que, mais tempo menos tempo, encontrará canais alternativos de manifestação e pressão? Não estaria o capital se provendo de uma série de instrumentos legais que lhe permitam enfrentar as reivindicações futuras num quadro de legalidade "adequada" que legitime suas ações? Autores como Giovanni Arrighi parecem fornecer respostas positivas para todas essas questões. Esse conceituado economista e sociólogo parece não duvidar de que

"(...) todo o processo de formação de um governo mundial foi patrocinado e controlado pelas forças conservadoras, preocupadas quase exclusivamente com a legitimação e a vigência de uma distribuição global de riqueza extremamente desigual que surgiu com o colapso dos esforços de desenvolvimento do Sul e do Leste nos anos 80. Na verdade, é difícil ter sido acidental o fato de o processo de formação de um governo mundial ter se acelerado precisamente quando fracassaram os esforços de desenvolvimento" (ARRIGHI, 1995, p.118).

Qualquer resposta incisiva, porém, só poderia levar a novas indagações. O fato é, no entanto, que vários indicadores e ensaios de aplicação de políticas de caráter neoliberal conduzem a corroborar-se a opinião de Arrighi e a tese em que se avançou anteriormente. Basta lembrar, por exemplo, que

"(...) os experimentos neoliberais foram bem-sucedidos ali onde uma ou mais das seguintes condições puderam ser satisfeitas: foram iniciados por regimes autoritários; ou por democracias onde as burocracias e o poder executivo gozaram de alto grau de autonomia porque confinados das pressões — clientelistas e/ou corporativistas — e dos partidos; ou dispunham de partidos hegemônicos ou quase únicos" (SOLA, 1994, p.6-3).

Da mesma forma, é "(...) fato notório que dois dos mais celebrados exemplos de reforma neoliberal [na América Latina], Chile e México, se

realizaram mediante regimes fortes e que, neste último caso, mal se iniciou a transição para um regime político efetivamente mais aberto" (BATISTA, 1995, p. 107).

Tudo isso conduz à crença de que, "(...) sem apelar para o reforço do Estado, remodelando e fazendo avançar as instituições políticas duramente conquistadas (...), o novo modelo político vai tender para um certo tipo de fascismo. E não é impossível [então] que o mundo seja colocado face à face com um novo tipo de barbárie totalitária" (GENRO, 1994, p. 66-67).

Bibliografia

- AGIER, M., COPANS, J., MORICE, A. (1987). **Classes ouvrières d'Afrique noir**. Paris : KARTALA - ORSTOM.
- ARRIGHI, G. (1995). A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In : SADER, E., org. **O mundo depois da queda**. São Paulo : Paz e Terra.
- AUGE, M. (1994). **Pour une anthropologie des mondes contemporains**. Paris : Aubiers.
- BATISTA, P. N. (1995). O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino - americanos. In: --- et al. **Em defesa do interesse nacional**. São Paulo : Paz e Terra.
- BLANC, M. (1994). **Os herdeiros de Darwin**. São Paulo : Página Aberta.
- BOBBIO, N. (1986). **O futuro da democracia**. São Paulo : Paz e Terra.
- BOBBIO, N. (1995). **Liberalismo e democracia**. São Paulo : Brasiliense.
- BORGES, A., DRUCK, G. (1993). Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 19.
- CAMPOS, R. (1994). Podemos não ser parte do mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez.
- CASTEL, R. (1995). **Les metamorphoses de la question sociale**. Paris : Fayard.
- CHESNAIS, F. (1994). **La mondialisation du capital**. Paris : Syros.
- COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL (1996). **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro : FGV.

- DELORS, J. (1995). Le croise de l'Europe. **Nouvel Observateur**, Paris, 18-24 maio.
- DÓRIA, C. A. (1994). A grande transformação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 jul.
- ELIAS, N. (1991). **La société des individus**. Paris : Fayard.
- EWALD, F. (1986). **L'Etat providence**. Paris : Grasset.
- FOLHA DE SÃO PAULO (27.9.94). São Paulo, p.1-4.
- FOLHA DE SÃO PAULO (9.10.94). São Paulo. P.6-4.
- GALBRAITH, J. K. (1996). **A sociedade justa**. Rio de Janeiro : Campus.
- GENRO, T. (1994). **Utopia do possível**. Porto Alegre : Oficinas.
- HABERMAS, J. (1995). Cadernos mais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr.
- HAYEK, F. A. (1984). **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro : Instituto Liberal.
- HEILBRONER, R. (1994). **O capitalismo no século XXI**. Rio de Janeiro : Zahar.
- HIRATA, H. (1992). **Autour de "modele" japonais**. Paris : Harmattan.
- HOBBSBAWN, E. (1995). A crise atual das ideologias. In: SADER, E., org. **O mundo depois da queda**. São Paulo : Paz e Terra.
- KEYNES, J. M. (1978). O fim do laissez-faire. In: ---. **Keynes**; coletânea. São Paulo : Ática.
- LEITE, M. de P. (1994). **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo : Scritta.
- MALAGUTI, M. L. (1994). A teoria de regulação; dialogando com Karl Marx. In: MENDONÇA, J. P., CARCANHOLO, R., NAKATANI, P., orgs. **Crise e regulação**. Vitória : UFES.
- MALAGUTI, M. L. (1994a). Teoria de regulação: uma introdução. **Raízes**, Campina Grande : UFPB, n.9, jan.
- MALAGUTI, M. L. (1994b). Terceirização, taylorismo e conflito. **Raízes**, Campina Grande : UFPB, n.10, dez.
- MALAGUTI, M. L. (1995). Notas sobre a globalização de economia e o Estado. **Raízes**, Campina Grande : UFPB, n.11. jun.

- MALAGUTI, M. L. (1996). A ideologia do modelo japonês de gestão. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.17, n.1.
- MARQUES - PEREIRA, J. (1995). **Marché du travail, protection, sociale et développement à l'heure de la globalisation**. São Paulo : FUNDAP. (Contribuição ao Seminário sobre Método da Regulação).
- MARSHALL, A. (1925). **Memorials of Alfred Marshall**. London : Pingou.
- MORIN, E. (1993). **Terre - patrie**. Paris : Seuil.
- PALLOIX, C. (1988). **La societe post - economique**: esquisse d'une société alternative. Paris : Harmattan.
- PETRAS, J. (1995). **Ensaios contra a ordem**. São Paulo : Scritta.
- POLANYI, K. (1972). **La grande transformation**. Paris : Gallimard.
- REVISTA ATENÇÃO (1996). v.2, p.9, maio.
- ROSANVALLON, P. (1995). **La nouvelle question sociale**: repenser l'Etat - providence. Paris : Seuil.
- ROSSEAU, J. J. (1978). **Contrato social (ou princípios do direito político)**. São Paulo : Abril (Coleção os pensadores).
- SADER, E., org. (1995). **O mundo depois da queda**. São Paulo : Paz e Terra.
- SANTOS, T. dos (1994). Fernando Henrique Cardoso e a teoria da dependência. **Política e Administração**, Rio de Janeiro : FESPERJ, v.2, n.4.
- SANTOS, T. dos (1994a). **Economia mundial**. Petrópolis : Vozes.
- SOLA, L. (1994). O dragão enfreta o santo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul.
- TAVARES, M. C. (1993). Tendências de globalização, crise do estado Nacional e seus impactos sobre o Brasil. **Cadernos da ANGE**, Vitória, n.6.
- TOPALOV, C. (1995). **Naissance du chômeur**. Paris : Albin Michel.
- VON MISES, L. (1977). **Uma crítica ao intervencionismo**. Rio de Janeiro : Nórdica.

Abstract

The exacerbation of globalization caused by neoliberal policies seems to demonstrate the impotence of Reason and Truth in face of market's competing forces: intellectuals all over the world renounce to Knowledge and are co-opted by mediocre Governments and education institutions. Asserting the universal diffusion of technological innovations and "modern" values, as well as the absolute individual freedom myth, the neo liberalism ideology has provoked, on the contrary, 1) the geographical concentration of state of the art technologies, 2) the reappearance of dormant obscurantism and 3) the elimination of the basic citizenship's conquests. Society's direction is slowly passing to the hands of a world bureaucracy which despises nationalities / individualities and, as a consequence, Democracy. Are we heading towards a Universal Dictatorship?